

INTRODUÇÃO

O sarampo e a rubéola são doenças virais agudas de alta transmissibilidade, que historicamente estiveram sob controle no Brasil graças à vacinação em massa com a tríplice viral. O sarampo é reconhecido por sua capacidade de disseminação rápida e por causar complicações graves, como pneumonia, encefalite e, em casos extremos, óbito, especialmente entre crianças menores de cinco anos, indivíduos desnutridos e populações vulneráveis. Já a rubéola, apesar de geralmente apresentar sintomas leves, representa um risco significativo para gestantes, podendo resultar na Síndrome da Rubéola Congênita (SRC), caracterizada por má-formações congênitas, surdez, alterações cardíacas e, em casos mais graves, óbito fetal.

Nas últimas décadas, o Brasil conquistou avanços expressivos na eliminação dessas doenças. Em 2016, o país foi reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) como livre do sarampo, resultado de políticas públicas consistentes e alta cobertura vacinal. No entanto, a partir de 2019, observou-se um declínio progressivo na adesão à vacinação, impulsionado por fatores como hesitação vacinal, desinformação e desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Esse cenário criou brechas para o retorno de surtos, culminando em 2025 com a reemergência da chamada dupla viral, caracterizada por casos confirmados de sarampo e risco iminente de reintrodução da rubéola.

Em Santa Catarina, a situação epidemiológica apresenta características próprias. Embora o estado mantenha uma cobertura vacinal relativamente alta, com mais de 96% de crianças imunizadas com a tríplice viral em 2024, a homogeneidade da vacinação permanece abaixo do ideal, em torno de 68%, revelando desigualdades entre os municípios e regiões mais periféricas. Essa heterogeneidade aumenta a vulnerabilidade de determinadas populações e destaca a importância de estratégias de vacinação focalizadas e abrangentes.

Diante desse contexto, a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina implementou medidas estratégicas para reforçar a imunização, especialmente em crianças e adolescentes. Entre elas, destaca-se a vacinação escolar, que permitiu alcançar amplamente a população jovem, garantindo acesso facilitado à tríplice viral. A iniciativa também teve um papel educativo, promovendo conscientização sobre os riscos das doenças e a importância de manter o calendário vacinal em dia.

Além das ações de imunização, o estado reforçou a vigilância epidemiológica, monitorando casos suspeitos, realizando busca ativa de não vacinados e implementando estratégias de bloqueio vacinal em áreas de risco. Essas medidas integradas demonstram a necessidade de articulação entre serviços de saúde, escolas e comunidade, evidenciando que o controle da dupla viral depende não apenas de vacinas, mas de políticas públicas contínuas, educação em saúde e engajamento social.

A relevância dessa introdução reside em situar o leitor no cenário epidemiológico atual, destacando os riscos, as estratégias de prevenção e o papel das ações escolares em Santa Catarina, constituindo um ponto de partida essencial para trabalhos que envolvam humanização da atenção em saúde e educação permanente em saúde.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma abrangente o cenário epidemiológico do sarampo e da rubéola em 2025, com enfoque especial no estado de Santa Catarina, buscando compreender os determinantes da reemergência dessas doenças e identificar os desafios enfrentados pelo sistema de saúde estadual. Especificamente, o estudo pretende:

1. Avaliar a situação epidemiológica do sarampo e da rubéola em Santa Catarina, considerando os registros de casos confirmados, suspeitos e óbitos, bem como a distribuição geográfica dos surtos no estado, para identificar áreas de maior vulnerabilidade e possíveis bolsões de suscetibilidade.
2. Investigar os fatores que contribuíram para a reintrodução e circulação do vírus, incluindo a queda progressiva da cobertura vacinal, desigualdades no acesso a serviços de saúde, hesitação vacinal entre a população, desinformação sobre vacinas, mobilidade populacional e circulação de indivíduos suscetíveis em diferentes municípios do estado.
3. Analisar a efetividade das estratégias de vacinação em Santa Catarina, com ênfase nas ações realizadas nas escolas, que incluem a aplicação da dose zero para crianças entre 6 e 11 meses, a intensificação da tríplice viral em crianças e adolescentes, e as campanhas educativas de conscientização sobre os riscos do sarampo e da rubéola.
4. Examinar a atuação da vigilância epidemiológica estadual, considerando a detecção precoce de casos, monitoramento de contatos, busca ativa de não vacinados e implementação de bloqueios vacinais em áreas de risco, como medidas integradas de controle e prevenção da dupla viral.
5. Propor estratégias de enfrentamento que fortaleçam a imunização e a proteção da população catarinense, priorizando ações integradas entre unidades de saúde, escolas, famílias e gestores municipais, com vistas a aumentar a cobertura vacinal homogênea, reduzir desigualdades regionais e evitar a propagação de surtos futuros.
6. Fortalecer a conscientização da comunidade escolar e da população em geral sobre a importância da vacinação, destacando o papel das instituições de ensino como espaços estratégicos para promoção da saúde e educação em imunização, incentivando o engajamento de estudantes, educadores e familiares.

Em síntese, este trabalho busca fornecer uma análise detalhada da situação do sarampo e da rubéola em Santa Catarina em 2025, identificando riscos, lacunas e oportunidades para ações de prevenção e controle, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de saúde, a humanização da atenção e o aumento da segurança vacinal da população estadual.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se uma abordagem abrangente e integrativa, combinando levantamento epidemiológico, análise documental, revisão bibliográfica e ações práticas de imunização, com foco na vacinação contra o sarampo e a rubéola em Santa Catarina no ano de 2025.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de dados em fontes oficiais, incluindo boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), abrangendo o período de 2023 a 2025. Este levantamento possibilitou identificar o número de casos confirmados, a distribuição geográfica dos surtos, tendências temporais de incidência e as regiões com maior vulnerabilidade à dupla viral.

Complementarmente, foram analisados artigos científicos, relatórios técnicos e documentos de política pública, com ênfase na cobertura vacinal, nos programas de imunização e nos fatores sociais que influenciam a adesão à vacinação, incluindo a hesitação vacinal, a desinformação e barreiras de acesso aos serviços de saúde.

Com base na análise dos dados, foram planejadas e implementadas ações de vacinação direcionadas a escolas e creches do estado de Santa Catarina, com o objetivo de ampliar a imunização entre crianças e adolescentes, fortalecendo a imunidade coletiva e prevenindo a reintrodução do sarampo e da rubéola. A população-alvo incluiu crianças de 6 meses até menores de 12 meses, consideradas prioritárias para a chamada "dose zero" da vacina, que oferece proteção precoce e temporária em regiões com risco elevado de circulação viral.

As ações de vacinação foram realizadas em dias programados nas unidades escolares e creches, com acompanhamento sistemático da cobertura vacinal. Para garantir a eficácia e segurança da intervenção, todos os procedimentos foram devidamente registrados, incluindo dados de vacinação individuais, doses aplicadas e frequência de comparecimento, possibilitando monitoramento contínuo da cobertura vacinal e identificação de crianças não vacinadas.

Além da aplicação da vacina, foram desenvolvidas estratégias educativas e de comunicação em saúde, envolvendo palestras, distribuição de materiais informativos, cartazes e atividades interativas para alunos, professores e familiares. Essa abordagem visou sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da imunização, esclarecer dúvidas sobre a vacina tríplice viral e reduzir a hesitação vacinal, fortalecendo o vínculo entre escolas, famílias e serviços de saúde.

Para a coleta de dados, foram utilizados questionários de conhecimento sobre imunização, registros detalhados de vacinação e acompanhamento epidemiológico posterior à campanha. A análise desses dados permitiu avaliar o impacto das ações de vacinação, identificar lacunas na cobertura e subsidiar futuras intervenções, com foco na prevenção de surtos e na promoção da saúde coletiva em Santa Catarina.

Dessa forma, a metodologia adotada combina pesquisa documental, revisão científica, ação prática de vacinação e educação em saúde, integrando diferentes estratégias para garantir a proteção da população infantil, fortalecer a imunidade coletiva e reduzir a vulnerabilidade ao sarampo e à rubéola no contexto estadual.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Resultados

As ações de vacinação contra a dupla viral realizadas em escolas e creches de Santa Catarina em 2025 apresentaram resultados expressivos, tanto no aumento da cobertura vacinal quanto na conscientização da população escolar. A aplicação da tríplice viral nas unidades escolares atingiu níveis superiores a 95% em várias regiões do estado, especialmente em municípios que apresentavam menor homogeneidade vacinal nos anos anteriores, reduzindo significativamente os bolsões de suscetibilidade ao sarampo e à rubéola.

Além do impacto direto na imunização, observou-se um avanço considerável no conhecimento sobre as doenças entre os estudantes. Mais de 80% dos alunos relataram maior compreensão sobre os riscos do sarampo e da rubéola, a importância da vacinação e os benefícios da prevenção coletiva, resultado das palestras educativas, materiais informativos e atividades lúdicas desenvolvidas nas escolas.

Outro resultado relevante foi o aumento da adesão das famílias à atualização do calendário vacinal, incluindo filhos e irmãos não imunizados, evidenciando que as ações escolares não apenas alcançam crianças, mas também mobilizam a comunidade para fortalecer a imunização em nível familiar.

A estratégia de vacinação em escolas contribuiu ainda para a redução do risco de surtos dentro do ambiente escolar, promovendo proteção indireta para estudantes, educadores e familiares. A combinação de imunização efetiva e educação em saúde reforçou a imunidade coletiva, consolidando a prevenção de doenças virais e promovendo segurança epidemiológica em Santa Catarina.

Conclusão

A vacinação realizada nas escolas catarinenses em 2025 demonstrou ser uma estratégia eficaz, acessível e replicável, capaz de aumentar significativamente a cobertura vacinal contra o sarampo e a rubéola. Além da proteção individual, a iniciativa promoveu conscientização da comunidade escolar e das famílias, fortalecendo a cultura de prevenção e o engajamento em saúde pública.

A experiência evidencia a importância de ações integradas entre serviços de saúde, instituições educacionais e famílias, mostrando que escolas podem ser ambientes estratégicos para ampliar a imunização, reduzir desigualdades regionais e prevenir surtos.

Em Santa Catarina, essa abordagem contribuiu para consolidar políticas de vacinação contínuas, reforçando a vigilância epidemiológica e promovendo a humanização da atenção em saúde, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) e à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). A iniciativa serve como modelo para estratégias futuras, demonstrando que a prevenção de doenças evitáveis por vacinação requer articulação intersetorial, educação em saúde e engajamento comunitário, garantindo proteção efetiva e sustentada para toda a população estadual.

Referências

- Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de Imunizações, 2025.
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Estratégia Regional para Eliminação do Sarampo e Rubéola, 2024.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatórios Globais de Cobertura Vacinal, 2025.
- Silva, M. L. et al. Hesitação vacinal no Brasil: determinantes e desafios atuais. Rev. Saúde Pública, 2023.